

Nome: _____



**04 - AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO –
ÁREA DE GOVERNANÇA PÚBLICA – PROVA 01**

**PROVA ESCRITA OBJETIVA
CADERNO DE QUESTÕES**

**Leia atentamente as instruções abaixo e aguarde a autorização para abertura
deste caderno de questões.**

1. **Confira o seu CADERNO DE QUESTÕES nos primeiros 30 minutos de prova.** Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, a prova poderá ser substituída nesse intervalo de tempo.
2. Assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A não assinatura incide na DESCLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO.
3. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 opções identificadas com as letras A, B, C, D. Você deve assinalar apenas uma opção em cada questão, caso contrário, ela será nula.
4. Não dobre, não amasse nem manche o CARTÃO-RESPOSTA. Ele NÃO poderá ser substituído.
5. O tempo disponível para esta prova **será de 4h.**
6. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
7. Quando terminar a prova, entregue-a ao fiscal SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA, juntamente com o CARTÃO-RESPOSTA. Em seguida, assine a LISTA DE PRESENÇA. Caso o CADERNO DE QUESTÕES E/OU o CARTÃO-RESPOSTA estejam rasgados ou incompletos, o candidato será eliminado.
8. Você somente poderá deixar o local de prova depois de decorrida uma hora do início da aplicação das provas.
9. Você também será excluído do certame caso:
 - a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e/ou relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie.
 - b) Ausente-se da sala em que realiza a prova levando consigo o CADERNO DE QUESTÕES e/ou CARTÃO-RESPOSTA, antes do prazo estabelecido.
 - c) Deixar de assinalar corretamente o campo no CARTÃO-RESPOSTA.
 - d) Seja um dos três últimos candidatos e deixe o local de prova sem acompanhar o fiscal à coordenação.

GABARITO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70

**04 - AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO –
ÁREA DE GOVERNANÇA PÚBLICA – PROVA 01**

CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 01

A importância da Lei de Improbidade Administrativa está em oferecer mecanismos para sancionar civilmente, mas de forma eficaz, condutas atentatórias ao Erário ou contrárias aos princípios da Administração Pública. O caráter civil da lei proporciona uma maior agilidade em comparação com os instrumentos do processo penal.

A respeito dos dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, atrai a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- b) Consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades citadas na referida lei.
- c) Não estão sujeitos às sanções desta Lei de Improbidade Administrativa os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais.
- d) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

Questão 02

Assinale a alternativa que contenha conduta tipificada na Lei de Improbidade Administrativa como prática de enriquecimento ilícito.

- a) Facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a indevida incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, de rendas, de verbas ou de valores integrantes do acervo patrimonial das entidades públicas.
- b) Doar à pessoa física ou jurídica, bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades públicas.
- c) Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- d) Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

Questão 03

A diversas leis e a Constituição Federal de 1988 estabelecem diversos tipos de controle na estrutura da administração pública. É possível citar, como exemplo, o dispositivo da Constituição Federal que estabelece a competência do Congresso Nacional de julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo. Esse é um caso de:

- a) Controle parlamentar.
- b) Controle financeiro.
- c) Controle administrativo.
- d) Controle interno.

Questão 04

Determinada Secretaria de Educação de um município está sujeita, dentre outros, a um controle exercido por integrantes do aparelho do Poder Executivo, que é denominado:

- a) Controle interno.
- b) Controle externo.
- c) Controle jurisdicional.
- d) Controle Parlamentar.

Questão 05

O Tribunal de Contas da União tem sua sede no Distrito Federal, e é integrado por nove ministros, que serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

- I- Mais de trinta e cinco e menos de setenta e cinco de idade.
- II- Notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- III- Mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija conhecimentos orçamentários e de tecnologia.

Estão CORRETOS os itens:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II.
- d) II e III.

Questão 06

Assinale a alternativa que NÃO constitui uma competência dada ao Tribunais de Contas pela Constituição Federal de 1988.

- a) Sustar a execução de contrato, se verificada ilegalidade, após não ser atendido.
- b) Sustar a execução de ato, se verificada ilegalidade, após não ser atendido.
- c) Aplicar multa proporcional ao dano causado ao erário.
- d) Decretar a inabilitação temporária para o exercício de determinadas funções.

Questão 07

Ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, órgão de controle externo da gestão de recursos públicos municipais, e de acordo com os dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, compete:

- a) Apreciar as contas de governo, anualmente prestadas pelos Prefeitos e sobre elas emitir parecer prévio, no prazo de 180 dias, contados do seu recebimento.
- b) Fiscalizar os procedimentos licitatórios, exceto os de dispensa e inexigibilidade, bem como os contratos decorrentes do Regime Diferenciado de Contratações.
- c) Sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara e

solicitar a esta idêntica providência na hipótese de contrato.

- d) Fiscalizar contrato, convênio, ajuste ou instrumento congêneres que envolva concessão, cessão, doação ou permissão de qualquer natureza, desde que a título oneroso, e que seja de responsabilidade do Município.

Questão 08

O Tribunal de Contas dos Municípios tem jurisdição própria e privativa em todo território estadual, exercida de forma exclusiva e indelegável, e essa jurisdição abrange:

- a) Os dirigentes ou liquidantes das empresas encampadas, exceto quando sob intervenção, provisória ou permanentemente, o patrimônio do Município ou de outras entidades municipais.
- b) Todos aqueles que derem causa à perda, extravio ou outras irregularidades de que resultem dano ao Erário, exceto no caso de dolo indireto comprovado.
- c) Todos aqueles que lhe devam prestar contas ou cujos atos estejam sujeitos à sua fiscalização, por expressa disposição de lei, excluindo os responsáveis pelo sistema de controle interno.
- d) Os representantes do Município ou do Poder Público na Assembleia Geral das empresas estatais e sociedades de cujo capital participem, solidariamente, com os membros dos Conselhos Fiscal e de Administração, pela prática de atos de gestão ruínosa ou liberalidade, à custa das respectivas sociedades.

Questão 09

É considerada uma conduta vedada aos conselheiros do Tribunal de Contas:

- a) Intervir em processos de interesse próprio, de cônjuge, companheiro, de parentes consanguíneos ou afins, até o quarto grau.
- b) Exercer profissão liberal, consultoria, emprego público ou privado, exercer atividade comercial ou participar de sociedade comercial, inclusive como acionista ou cotista.
- c) Integrar comissão, inclusive em órgãos de controle da administração direta ou indireta, ou em concessionária de serviço público.
- d) Valer-se, em proveito próprio ou de terceiros, de informação privilegiada, exceto quando após seu desligamento do cargo.

Questão 10

Existem, na Lei Estadual nº 5.810/1994, diversas previsões de formas diferentes de provisão de cargos públicos, assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma dessas formas.

- a) Ascensão.
- b) Reversão.
- c) Recondução.
- d) Aproveitamento.

Questão 11

A respeito da posse, de acordo com a Lei Estadual nº 5.810/1994, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Haverá posse no caso de reintegração.
- b) O ato de posse será transcrito em livro especial, assinado pela autoridade competente e pelo servidor empossado.
- c) A posse ocorrerá no prazo de 15 dias, contados da publicação do ato de provimento no Diário Oficial do Estado.
- d) Não é permitida a renúncia da posse.

Questão 12

Assinale a alternativa que está de acordo com os dispositivos da Lei Estadual nº 5.810/1994.

- a) A redistribuição é o deslocamento do servidor, com o respectivo cargo ou função, para o quadro de outro órgão ou entidade do mesmo Poder, sempre no interesse da Administração.
- b) Reintegração é a forma de provimento, em cargo mais compatível, pelo servidor que tenha sofrido limitação, em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica oficial.
- c) Reversão é o reingresso do servidor na administração pública, em decorrência de decisão administrativa definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, com ressarcimento de prejuízos resultantes do afastamento.
- d) O servidor que não estiver no exercício do cargo concorrerá à promoção.

Questão 13

O 13º salário (gratificação natalina) e férias são exemplos de obrigações consideradas passivos derivados de apropriações por competência, não se confundem, portanto, com o termo provisões. A diferenciação desses elementos é utilizada para

aprimorar a compreensibilidade das demonstrações contábeis.

A partir disso, assinale a alternativa que contém o lançamento CORRETO da apropriação do 13º salário do ponto de vista da natureza da informação patrimonial.

- a) D Remuneração a pessoal - 13º Salário
C Pessoal a pagar – 13º Salário (P).
- b) D Crédito Disponível
C Crédito Empenhado a Liquidar.
- c) D Adiantamentos concedidos – 13º Salário (P)
C Pessoal a Pagar – 13º Salário (F).
- d) D Pessoal a Pagar – 13º Salário (F)
C Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F).

Questão 14

A contabilização das parcerias público privadas deve possibilitar a distinção entre os passivos relativos ao ativo da concessão e os passivos relativos à prestação de serviços, tanto sob a ótica patrimonial quanto orçamentária. Ressalta-se que a forma de contabilização não impacta os aspectos fiscais, que são regulamentados por normativos próprios. A respeito desse tema, assinale a alternativa de que está de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

- a) Os componentes da contraprestação pagam pelo concedente ao concessionário, ativo e serviços, devem ser identificáveis separadamente e alocados pelo custo histórico.
- b) Para avaliar a possibilidade de que o custo ou valor do ativo da concessão seja determinado em bases confiáveis, o concessionário deve fornecer o concedente relatórios sobre o progresso da construção ou desenvolvimento do ativo.
- c) A mensuração inicial dos ativos da concessão deve ser feita a valor líquido de vendas. Esta regra se aplica tanto aos ativos já existentes que tiveram aumento no potencial de serviços, quanto aos ativos construídos ou desenvolvidos em função do contrato de concessão.
- d) O controle ou a regulação dos serviços da concessão são caracterizados quando o concedente não determina os serviços que o concessionário deve prestar através do uso do ativo da concessão, quais são os usuários e os preços dos serviços.

Questão 15

As demonstrações contábeis não estarão em conformidade com as normas se contiverem erros materiais ou erros imateriais cometidos intencionalmente para enviesar determinada apresentação da situação patrimonial, do desempenho ou dos fluxos de caixa da entidade. Os potenciais erros do exercício corrente descobertos nesse período devem ser corrigidos antes de as demonstrações contábeis serem disponibilizadas para publicação. Contudo, os erros materiais por vezes não são descobertos até exercício seguinte, sendo então corrigidos na informação comparativa apresentada nas demonstrações contábeis desse exercício subsequente. Para a divulgação de erros de exercícios anteriores, a entidade deve divulgar algumas informações. Assinale a alternativa que NÃO contém uma dessas informações exigidas.

- a) A natureza do erro de exercício anterior.
- b) Para cada exercício anterior apresentado e até onde for praticável, o montante de retificação de cada elemento componente da demonstração contábil que tenha sido afetada.
- c) No caso em que a reapresentação retrospectiva for impraticável para exercício anterior específico, as circunstâncias que levaram à existência dessa condição e a descrição de como e desde quando o erro foi corrigido. As demonstrações contábeis de exercícios subsequentes à retificação do erro não precisam repetir essas divulgações.
- d) Montante da retificação no início do exercício anterior mais recente apresentado.

Questão 16

Em consonância com o previsto em nossa Constituição Federal de 1988 sobre a Previdência Social, marque a alternativa CORRETA dentre as abaixo expostas.

- a) A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter retributivo e de filiação facultativa.
- b) É permitida a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- c) Lei ordinária poderá disciplinar a cobertura de benefícios não programados, inclusive os decorrentes de acidente do trabalho.

- d) O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo.

Questão 17

Consoante o teor da Lei n. 10.887/2004, assinale a opção CORRETA.

- a) A contribuição social do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, será de 12% (doze por cento).
- b) A contribuição social do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, será de 11% (onze por cento).
- c) A contribuição social do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, será de 8% (oito por cento).
- d) A contribuição social do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, será de 15% (quinze por cento).

Questão 18

De conformidade com as disposições do Decreto-Lei n. 2.848/1940, que estabelece o Código Penal brasileiro, indique a alternativa CORRETA dentre as abaixo expostas.

- a) Considera-se praticado o crime no momento do resultado.
- b) Consideram-se como extensão do território nacional as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, onde quer que se achem.
- c) A lei temporária, decorrido o período de sua duração, não se aplica ao fato praticado durante sua vigência.
- d) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes praticados por brasileiros.

Questão 19

De acordo com o estabelecido no texto do Código Penal brasileiro (Dec.-Lei n. 2.848/1990), indique a assertiva CORRETA.

- a) Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado dolosamente.
- b) Não responde pelo crime o terceiro que determina o erro.
- c) A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado.
- d) O desconhecimento da lei é escusável.

Questão 20

De acordo com o texto da Lei n. 8.429/1992 (Lei da Improbidade Administrativa), marque a opção CORRETA dentre as apresentadas abaixo.

- a) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- b) A rejeição por parte da autoridade pública, impede que haja representação ao Ministério Público.
- c) A indisponibilidade de bens não poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu.
- d) A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, não poderá conter a qualificação do representante, a fim de protegê-lo.

Questão 21

No que concerne ao disposto pela Lei n. 8.429/1992 acerca da ação para aplicação das sanções previstas na referida norma, aponte a alternativa CORRETA.

- a) A ação referida deverá ser proposta perante o foro do local de domicílio do réu.
- b) A propositura da mencionada ação não prevenirá a competência do juízo.
- c) Da decisão que rejeitar questões preliminares suscitadas pelo réu em sua contestação caberá agravo de instrumento.
- d) Uma vez citados, os requeridos deverão contestar a inicial no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Questão 22

Conforme os ditames de nossa Constituição Federal de 1988 acerca dos remédios constitucionais, marque o item que traz uma ação gratuita.

- a) Mandado de segurança.
- b) Habeas data.
- c) Mandado de injunção.
- d) Mandado de segurança coletivo.

Questão 23

À luz do disposto na Lei n. 4.320/1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, marque a alternativa CORRETA.

- a) As entidades paraestatais dos Municípios terão seus orçamentos aprovados por decreto do Poder Executivo, salvo se disposição legal expressa determinar que o sejam pelo Poder Legislativo.
- b) O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que independam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- c) Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita orçamentária.
- d) As alterações da situação líquida patrimonial não constituirão elementos da conta patrimonial.

Questão 24

Segundo a Lei n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os preceitos da referida Lei não se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União.
- b) O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.
- c) Para fins de aplicação da mencionada Lei, considera-se entidade a unidade de atuação, ainda que não dotada de personalidade jurídica.
- d) O administrado tem direito a ter vista dos autos, mas não poderá obter cópias de documentos neles contidos.

Questão 25

Assinale o item no qual NÃO consta um dos legitimados como interessados no processo

administrativo, previstos no bojo da Lei n. 9.784/1999.

- a) Pessoas jurídicas no exercício do direito de representação.
- b) Aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.
- c) As associações legalmente constituídas quanto a quaisquer direitos de seus associados.
- d) As organizações representativas, no tocante a interesses coletivos.

Questão 26

De acordo com o texto constitucional pátrio em vigor, assinale a única opção na qual consta um crime imprescritível.

- a) Prática de tortura.
- b) Tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- c) Terrorismo.
- d) Ação de grupos armados contra o Estado Democrático.

Questão 27

Assinale o item no qual figura pena NÃO admitida em nossa vigente ordem constitucional.

- a) Banimento.
- b) Perda de bens.
- c) Interdição de direitos.
- d) Restrição da liberdade.

Questão 28

Considerando-se as determinações expressas de nossa Constituição Federal de 1988 acerca das finanças públicas, indique o item CORRETO dentre os apresentados abaixo.

- a) Lei ordinária poderá dispor sobre finanças públicas.
- b) Os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis conforme periodicidade estabelecida pelo órgão central de contabilidade da União.
- c) É permitido ao banco central conceder empréstimos ao Tesouro Nacional.
- d) As disponibilidades de caixa dos Estados e do Distrito Federal serão depositadas no banco central.

Questão 29

Tendo em vista as disposições tributárias constantes em nossa Constituição Federal de 1988, marque a alternativa CORRETA.

- a) A União, mediante lei ordinária, poderá instituir empréstimos compulsórios.
- b) As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- c) Os Municípios instituirão, por meio de decreto, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social.
- d) As contribuições de intervenção no domínio econômico incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação.

Questão 30

Consoante os ditames da Lei n. 6.830/1980 sobre a execução fiscal, marque a alternativa CORRETA dentre as abaixo expostas.

- a) Decorrido o prazo máximo de 2 (dois) anos, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos.
- b) O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor, e, nesse caso, correrá o prazo de prescrição.
- c) A Fazenda Pública está sujeita ao pagamento de emolumentos.
- d) Compete à Fazenda Pública baixar normas sobre o recolhimento da Dívida Ativa respectiva, em Juízo ou fora dele.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 31

O Anexo de Metas Fiscais foi uma inovação de Lei de Responsabilidade Fiscal. A respeito deste, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Deve conter a avaliação do cumprimento das metas relativas aos três anos anteriores.
- b) Integrará o projeto de lei orçamentária anual.
- c) Nele serão estabelecidas metas plurianuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública.
- d) Deve conter a avaliação da situação atuarial do regime geral de previdência social.

Questão 32

Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes. Porém, desse cálculo deve-se deduzir alguns valores. Assinale a alternativa que NÃO indica um desses valores.

- a) Nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional.
- b) Na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios referentes ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.
- c) Valores relativos à aposentadoria, no caso de contagem recíproca de tempo de contribuição para o regime próprio da previdência de qualquer ente, o que não é válido para o regime geral.
- d) Na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios referentes à arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social.

Questão 33

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é um dos planejamentos mais importantes do governo. Afinal, é a LOA que viabiliza todas as ações públicas e determina os detalhes de cada repasse do orçamento. Também é na LOA que fica previsto o orçamento dos valores para pagamento dos precatórios. Por esse motivo, é fundamental acompanhar a LOA e saber quais as metas, prioridades e propostas do Poder Público.

A respeito da LOA, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Conterá passivo contingente, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias
- b) A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada, deverá ser igual ou inferior a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias.
- c) Todas as despesas relativas à dívida pública, exceto mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- d) O refinanciamento da dívida pública constará conjuntamente com a lei orçamentária.

Questão 34

Para uma estrutura federativa como o Brasil, o planejamento público estadual e municipal transcende à esfera federal, sendo este processo tão mais difícil quanto maior a descentralização dos gastos e quanto menor sua padronização. Neste sentido, uma regra fiscal que estime os gastos e as arrecadações públicas, inclusive quanto ao alcance das políticas públicas e sociais, é vista como benéfica para a sociedade. Nesse sentido, é possível identificar um papel próprio para os procedimentos fiscais - regras e instituições por meio das quais os planejamentos e orçamento são elaborados - na explicação da dinâmica de gestão dos recursos públicos.

A partir disso, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica.
- b) Até quinze dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
- c) Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, exceto quando em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
- d) No prazo de sessenta dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária.

Questão 35

De acordo com os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se Renúncia de Receita:

- a) Crédito presumido.
- b) Concessão de imunidade.
- c) Concessão de isenção em caráter geral.
- d) Cancelamento de débito, cujo montante seja inferior ao respectivo custo de cobrança.

Questão 36

O pressuposto básico para que os gestores possam aplicar os recursos públicos de maneira responsável é o uso adequado das ferramentas de planejamento por meio do estabelecimento de metas fiscais, que forçaram os administradores a se comprometer com um padrão mínimo de disciplina fiscal que não existia anteriormente no país. Portanto, a LRF inova o campo jurídico fiscal pátrio ao determinar que os entes públicos gerenciem os recursos e os gastos orçamentários do exercício financeiro, mas também, para um horizonte temporal de curto prazo.

A partir do contexto acima, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos três posteriores.
- b) A estimativa do impacto orçamentário-financeiro será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.
- c) É compatível com a lei orçamentária anual e com o Manual Técnico do Orçamento, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que estejam abrangidas por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.
- d) É adequado com o plano plurianual e a lei orçamentária anual, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

Questão 37

Assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE como os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos deverão ser contabilizados, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

- a) Despesas obrigatórias de caráter continuado.
- b) Despesas de contrato com pessoal.
- c) Despesas de pessoal.
- d) Outras despesas de pessoal.

Questão 38

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) é uma publicação bimestral que apresenta as informações fiscais, consolidadas de cada ente do país. Congrega as informações da execução orçamentária de todos os poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo também o Ministério Público e a Defensoria Pública, e deve ser publicado pelas esferas Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

NÃO deverá constar no RREO:

- a) Demonstrativo do Resultado Primário.
- b) Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.
- c) Demonstrativo de Despesa com Pessoal.
- d) Demonstrativo dos Restos a Pagar.

Questão 39

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é um dos instrumentos de Transparência da Gestão Fiscal criados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O RGF objetiva o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF: Despesas com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, Concessão de Garantias e Contratação de Operações de Crédito.

Quando publicado no último quadrimestre, o RGF deve conter informações adicionais, entre elas:

- a) Despesas não computadas e despesa com pessoal inativo.
- b) Montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro e das inscrições em restos a pagar.
- c) Despesa com pessoal inativo.
- d) Indicadores de inflação em correção com ipca projetado para exercício subsequente.

Questão 40

No que diz respeito ao controle das despesas com pessoal, assinale a alternativa CORRETA de acordo com os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

- a) É nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.

- b) A verificação dos limites das referidas despesas será efetuada tão somente no final do exercício financeiro.
- c) Mesmo que o limite total tenha sido ultrapassado, o ente federado poderá obter qualquer garantia de outro para contrair empréstimo que lhe permita honrar o excesso de despesa, sem restrições.
- d) É proibida a criação de cargo, emprego ou função pelo ente federado, a partir do momento em que as despesas de pessoal ultrapassem 20% do respectivo limite.

Questão 41

Trata-se de adiantamento concedido a servidor, a critério e sob a responsabilidade do Ordenador de Despesas, com prazo certo para aplicação e comprovação dos gastos.

A respeito do suprimento de fundos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Não Pode Ser Utilizado Em Municípios.
- b) Não Pode Ser Aplicado A Despesas Que Tenham Caráter Sigiloso.
- c) Adequado Para Despesas De Grande Vulto.
- d) Deve Ser sempre precedido de empenho.

Questão 42

De acordo com a Lei 4.320/64, as transferências realizadas pelo Poder Público, destinadas a cobrir despesas de custeio de instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa, são denominadas:

- a) Subvenções sociais.
- b) Subvenções econômicas.
- c) Transferências voluntárias.
- d) Transferências correntes.

Questão 43

De acordo com os dispositivos da Lei 4.320/1964 classificam-se como despesas de custeio:

- a) As dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público.
- b) As dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

- c) As dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito privado.
- d) As dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, exclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

Questão 44

Créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei do Orçamento. Entre as características dos créditos adicionais suplementares, NÃO se inclui:

- a) Classificação das despesas para objetos ou elementos.
- b) Independência de indicação de recursos para as despesas.
- c) Abertura por decreto do executivo.
- d) Prévia autorização legislativa.

Questão 45

Assinale a alternativa CORRETA de acordo com a Lei n.º 4.320/64:

- a) O ativo financeiro inclui os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária, enquanto o ativo permanente inclui os créditos e valores que requerem autorização legislativa para compra ou venda.
- b) O passivo financeiro compreende os compromissos exigíveis cujo pagamento dependa de autorização orçamentária, enquanto o passivo permanente compreende as dívidas de longo prazo que não requerem autorização.
- c) As receitas e as despesas orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, assim como os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, são itens evidenciados no balanço orçamentário.
- d) A demonstração das variações patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e apresenta o resultado financeiro do exercício.

Questão 46

A Administração, em sentido mais amplo, é um elemento presente no cotidiano de todas as pessoas.

Qualquer espaço onde haja convívio humano necessita da arte de gerir para que sua organização se efetive. Nesse ínterim, a Administração Pública se apresenta como um instrumento de extrema importância para gerir a sociedade.

A partir disso, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Administração Pública se define por meio das atividades tanto dos órgãos administrativos, aqueles imbuídos de traçar os planos de ação do Estado, quanto os órgãos governamentais, responsáveis por colocá-los em prática.
- b) A atividade de administrar não está ligada ao processo de decisões onde recursos são manuseados para garantir a realização de determinados planos, anteriormente traçados.
- c) A administração define-se como qualquer ação em que se determinam os destinos de recursos ou execução de objetivos. Trata-se, portanto, de qualquer circunstância em que indivíduos sejam levados a organizar elementos na intenção de realizar algum projeto.
- d) O conjunto de órgãos e pessoas jurídicas que fazem parte da administração pública dizem respeito ao conceito objetivo.

Questão 47

A Administração Pública, no modelo hoje vigente, começou na França no final do século XVIII, quando o Estado Absolutista foi substituído pelo Estado de Direito e a divisão dos poderes. Dessa época vem também o surgimento da infernal burocracia. O escopo da administração pública é cuidar do que é de todos, sem concessão de privilégios ou discriminações, tendo como princípios básicos a “Legalidade, a Moralidade, a Impessoalidade e a Publicidade”.

Dessa forma, governança e governabilidade estão relacionadas, respectivamente a:

- a) Reforma do aparelho de Estado e Reforma do Estado.
- b) Efetividade e eficiência.
- c) Governo físico e governo digital.
- d) Organizações sociais e organizações não-governamentais.

Questão 48

Historicamente, esse modelo burocrático surgiu no século XIX, como uma forma superior de dominação,

legitimada pelo uso da lei, em contraposição ao poder tradicional (divino) e arbitrário dos príncipes e ao afeto das lideranças carismáticas. Note-se que as teorias iniciais do referido modelo, foram inspiradas a partir da visão do sociólogo alemão sobre o modo de estruturação da Igreja e do exército – no contexto histórico específico de Weber, o exército prussiano.

O texto acima faz referência a(o):

- a) Modelo neoinstitucional.
- b) Modelo tradicional.
- c) Modelo carismático.
- d) Modelo racional-legal.

Questão 49

Após a Primeira Guerra Mundial, muitos países se encontravam em uma situação bastante delicada. A economia estava enfraquecida e o poder de consumo da população havia diminuído. Então, em 1929, veio uma grande recessão econômica que atingiu o mundo todo. Esse período ficou conhecido como a Grande Depressão e durou até o término da Segunda Guerra Mundial, no início de setembro de 1945. Por conta de todos os problemas enfrentados pelos países, os governantes viram a necessidade de construir Estados mais fortes, que conseguissem assegurar determinados direitos à população. Esse contexto se refere ao surgimento do:

- a) Estado socialista.
- b) Estado de bem-estar social.
- c) Estado gerencialista.
- d) Estado regulador.

Questão 50

O Poder Público não poderá, sem causa legal, invalidar ou revogar atos administrativos, desfazendo relações ou situações. A lei não pode retroagir para não prejudicar as relações já consolidadas.

O conceito acima faz referência ao conceito de:

- a) Impessoalidade administrativa.
- b) Legitimidade jurídica.
- c) Segurança jurídica.
- d) Legalidade.

Questão 51

Assinale a alternativa CORRETA no que diz respeito a administração pública.

- a) A Administração Pública detém prerrogativas e sujeições, com o fito de suprir as necessidades

decorrentes do interesse coletivo, o que permite, muitas vezes, em virtude da supremacia do interesse público sobre o particular, o condicionamento ou limitação do exercício de direitos e liberdades individuais.

- b) Nomear servidores, celebrar contratos, adquirir e administrar bens são atividades tipicamente políticas necessárias para o funcionamento de toda e qualquer instituição pública.
- c) O estudo da administração tem como única fonte a jurisprudência administrativa.
- d) A administração pública, a qual possui como principal função administrativa atender ao interesse do Estado, tendo como principal prerrogativa atingir as metas dos planos de governo.

Questão 52

Com relação ao tema governo eletrônico, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A inclusão digital deve ser tratada como elemento acessório do governo eletrônico.
- b) América Latina é pioneira no mundo na implantação de governos eletrônicos.
- c) Deve ser implementado sem aumento de gastos do governo.
- d) Não tem como objetivo reduzir os gastos com a oferta de serviço presencial.

Questão 53

Para os efeitos da Lei n.º 12.527/2011, primariedade consiste na:

- a) Qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
- b) Qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- c) Qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, ao trânsito e ao destino.
- d) Qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Questão 54

Assinale a alternativa CORRETA de acordo com a Lei n.º 12.527/2011.

- a) Para o acesso a informações de interesse público, o requerente deve apresentar atestado de antecedentes e justificar sua intenção.
- b) O prazo máximo de restrição de acesso às informações, na categoria ultrassecreta, é de vinte anos, prorrogáveis por igual tempo a pedido dos interessados.
- c) A classificação das informações não poderá ser reavaliada pela autoridade classificadora, independente do grau de sigilo anteriormente aplicado.
- d) As informações que versem sobre violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Questão 55

A respeito do conceito de *accountability*, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A capacidade do governo de representar os interesses de suas próprias instituições.
- b) O conjunto de mecanismos e procedimentos que levam os decisores governamentais a prestarem contas dos resultados de suas ações, aumentando a transparência.
- c) Mecanismo de elaboração de leis orçamentárias e contábeis da sociedade.
- d) Procedimento de digitalização de processos contábeis do setor público.

Questão 56

Um determinado consumidor tem disponível um total de R\$ 320,00 para gastar com frutas nacionais e importadas. O quilo de uma determinada fruta produzida internamente custa R\$ 8,00 e a mesma fruta importada custa R\$ 4,00. Supondo que o governo, com o objetivo de subsidiar e desenvolver a produção interna, introduz um subsídio de R\$ 1,60 sobre o quilo da fruta nacional. Porém, tal subsídio só se aplica para compras que excedam 20 quilos.

Assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE o valor da inclinação da reta de restrição orçamentária.

- a) -2.
- b) 2.
- c) 3.
- d) -3.

Questão 57

$$U(x_1, x_2) = (x_1)^2 + 4x_1x_2 + 4(x_2)^2$$

Considerando a função utilidade acima descrita, assinale a alternativa que CORRETAMENTE indica sua taxa marginal de substituição.

- a) $\frac{1}{4}$
- b) $-\frac{1}{2}$
- c) $\frac{1}{2}$
- d) $\frac{1}{4}$

Questão 58

Eduardo é um nordestino que mora no sul do país com a sua família e recebe como renda apenas aquilo que é fruto do seu trabalho. A função utilidade de Eduardo é dada por $U(x_1, x_2) = 10x_1 + 5x_2 + x_1x_2$. Os dois bens de consumo de Eduardo (x_1, x_2) tem os seguintes preços, respectivamente: 2 e 4. A renda de Eduardo é 102.

A partir dos dados acima, se calcula a escolha ótima de Eduardo, dada sua renda:

- a) $x_1 = 23$ $x_2 = 9$
- b) $x_1 = 43$ $x_2 = 18$
- c) $x_1 = 33$ $x_2 = 9$
- d) $x_1 = 23$ $x_2 = 18$

Questão 59

Assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE uma característica de um Oligopólio.

- a) É o inverso de um Monopólio.
- b) Uma situação em que o número de firmas concorrentes é pequeno e exercem dominância sobre o mercado.
- c) O número de firmas é muito grande, mas os produtos não são homogêneos.
- d) É o mesmo que concorrência imperfeita.

Questão 60

Em uma estrutura de mercado do tipo monopolista, uma empresa vai maximizar o seu lucro, quando:

- a) Não é possível maximizar o lucro nessa estrutura.
- b) O preço for igual ao custo marginal.

- c) A receita marginal chegar a zero.
- d) A receita marginal for igual ao custo marginal.

Questão 61

O resultado de se ligarem pontos que representam diferentes combinações dos fatores, mas que resultam em um mesmo nível de produção, é denominado (a):

- a) Economia de escala.
- b) Isocustos.
- c) Isoquantas.
- d) Monopólio.

Questão 62

A respeito das identidades fundamentais da macroeconomia, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Lucros são receitas das empresas.
- b) Juros são receitas dos bancos.
- c) Juros são receitas das famílias.
- d) Juros não são considerados na identidade fundamental.

Questão 63

Quando não se é possível melhorar a situação de um agente econômico, sem degradar a situação de qualquer outro agente, tem-se a situação de:

- a) Custo de oportunidade.
- b) Ótimo de Pareto.
- c) Rendimentos decrescentes.
- d) Lei de Say

Questão 64

Um governo que possua objetivos expansionistas, considerando os demais cenários constantes, pode alcançar esse objetivo por meio de:

- a) Aumento dos gastos do governo.
- b) Redução da alíquota de tributos.
- c) Aumento da taxa básica de juros.
- d) Mantendo a arrecadação constante.

Questão 65

“Três pontos foram então apresentados como base do programa: 1) uma reforma fiscal com o objetivo de permitir uma reversão das contas do setor público da ordem de 10% do PIB, objetivando-se uma conversão de um déficit operacional previsto para 8% do PIB em um superávit operacional de 2% do PIB; 2) uma reforma monetária destinada a acabar com a moeda indexada, seguida por um bloqueio ao acesso a cerca

de 80% dos ativos financeiros do setor privado. Tal indisponibilidade, que resultou em um controle direto do Banco Central sobre um montante de quase 51 bilhões de dólares ao final de março (mais do que o dobro do valor dos títulos federais fora do banco) visava impedir que a massa de recursos financeiros líquidos em poder do setor privado pudesse dirigir-se para os ativos reais, durante o período de transição da economia para taxas mais baixas de inflação; 3) o anúncio de uma política de rendas, a partir da instauração de congelamento imediato de preços e salários, depois de uma modesta correção em alguns preços públicos, e uma regra para o reajuste de preços e salários, destinada a impedir que as pressões inflacionárias acumuladas no período anterior, que continha expectativas explosivas, viessem a prejudicar o andamento do programa.”

Fonte: www.fgv.br

O texto acima faz referência ao:

- a) Plano Real.
- b) Plano Bresser.
- c) Plano Cruzado.
- d) Plano Collor.

Questão 66

Essa etapa consiste na parte do trabalho na qual o auditor independente estabelece a estratégia geral dos trabalhos a executar na entidade a ser auditada, elaborando-a a partir da contratação dos serviços, estabelecendo a natureza, a oportunidade e a extensão dos exames, de modo que possa desempenhar uma auditoria satisfatória. Assinale a alternativa que corretamente indica essa etapa.

- a) Circularização.
- b) Planejamento de Auditoria.
- c) Análise documental.
- d) Estratégia Global.

Questão 67

É o exame independente e objetivo da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de organizações, programas e atividades governamentais, com a finalidade de promover o aperfeiçoamento da gestão pública.

Assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE o conceito acima descrito.

- a) Auditoria pré-execução.
- b) Auditoria de gestão.
- c) Auditoria interna.
- d) Auditoria operacional.

Questão 68

A respeito do risco de auditoria, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O auditor expresse sua opinião de auditoria de forma superficial sobre distorções nas demonstrações contábeis.
- b) O auditor apresente sua opinião de auditoria de forma contundente a respeito de pontos relevantes das demonstrações contábeis sobre as quais possua apenas conhecimento superficial.
- c) O auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante. O risco de auditoria é uma função dos riscos de distorção relevante e do risco de detecção.
- d) Os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção existente que possa ser relevante.

Questão 69

De acordo com as normas de Auditoria Interna, o conjunto de documentos e apontamentos com informações e provas coligidas pelo auditor interno que consubstanciam o trabalho executado, é chamado de:

- a) Documentação de auditoria.
- b) Provas locais.
- c) Exames documentais.
- d) Relatório do auditor.

Questão 70

Assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE os cinco valores fundamentais presentes na ISSAI 3.

- a) Integridade; independência e objetividade; competência; comportamento profissional; confidencialidade e transparência.
- b) Integridade; independência e objetividade; competência; comportamento profissional; motivação.
- c) Integridade; independência e objetividade; liderança; comportamento profissional; confidencialidade e transparência.
- d) Motivação; competência; independência e subjetividade; comportamento profissional; confidencialidade e transparência.